

**REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA JURÍDICO E A BUROCRACIA EM KAFKA – UMA
INTERLOCUÇÃO COM HANNAH ARENDT**

**REFLECTIONS ON THE LEGAL SYSTEM AND BUREAUCRACY IN KAFKA – AN INTERLOCUTION
WITH HANNAH ARENDT**

*Rafael de Oliveira Carapajó*¹

*Luã Nogueira Jung*²

Resumo

A partir de uma interlocução com Hannah Arendt, o presente artigo tem por escopo analisar a obra de Franz Kafka como uma crítica à burocracia e ao sistema jurídico. No decorrer da pesquisa, será analisada a impotência dos personagens criados pelo escritor e o seu impacto para a compreensão da sociedade. A escrita de Kafka é conhecida por conter elementos absurdos e fantásticos, em mesclar experiências pessoais e as condições de seu tempo, dissipando a fronteira entre a ficção e a realidade. Para os fins de compreensão dos aspectos fundamentais dessa relação, serão exploradas as obras que permitem um entrelaçamento desses temas, identificando as ideias e circunstâncias próximas, bem como as coincidências bibliográficas entre os autores e protagonistas dos romances. A pesquisa lançará mão de dois romances de Kafka, “O processo” e “O castelo”, bem como os ensaios de Arendt dedicados ao escritor: “Kafka – uma reavaliação” e “O judeu como pária”, entre outros relacionados ao tema. Também contará com o apoio do contexto histórico, indicando que os romances de Kafka apresentavam sinais de que a burocracia ganhava consistência, que existia campo fértil para a supressão de direitos e que sua narrativa pode ser interpretada à sombra do totalitarismo.

Palavras-chave: Franz Kafka; Hannah Arendt; sistema jurídico; burocracia; totalitarismo.

ABSTRACT

Based on a dialogue with Hannah Arendt, this article aims to analyze Franz Kafka's work as a critique of bureaucracy and the legal system. During the research, the impotence of the characters created by the writer and their impact on the understanding of society will be analyzed. Kafka's writing is known

¹ Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9216773184294009>. E-mail: rafaelcarapajo@uol.com.br

² Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0205633431595802>. E-mail: luanojung@professores.estacio.br

for containing absurd and fantastic elements, for mixing personal experiences and the conditions of his time, blurring the line between fiction and reality. In order to understand the fundamental aspects of this relationship, the works that allow an intertwining of these themes will be explored, identifying the close ideas and circumstances, as well as the bibliographical coincidences between the authors and protagonists of the novels. The research will use two of Kafka's novels, "The Trial" and "The Castle", as well as Arendt's essays dedicated to the writer: "Kafka – A Reappraisal" and "The Jew as Pariah". It will also be supported by the historical context, indicating that Kafka's novels showed signs that bureaucracy was gaining consistency, that there was fertile ground for the suppression of rights and that his narrative can be interpreted in the shadow of totalitarianism.

Keywords: Franz Kafka; Hannah Arendt; legal system; bureaucracy; totalitarianism.

1. INTRODUÇÃO

Quando Kafka morreu em 1924, perto de completar 41 anos, era conhecido apenas por um diminuto círculo de intelectuais judeus que entendiam sua obra como reflexo do próprio tempo, justamente o grupo à qual Arendt pertencia, estando na companhia de Günther Anders, Walter Benjamin e Gershom Scholem. Desde então, ganhou reconhecimento entre leitores e escritores, independente do país ou de um período específico.

No tempo de Kafka, a Europa Central estava diante de uma crescente burocratização que influenciava aspectos da vida social e individual. Praga, sua cidade natal, pertencia ao Reino da Boêmia, parte integrante da Áustria-Hungria, império derrotado e fragmentado com o fim da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, apesar da morte de Francisco José em 1916, a estrutura de poder e obediência foi mantida através da burocracia.

A experiência cotidiana de Kafka com a burocracia do império o incentiva a elaborar um universo real e, ao mesmo, tempo fantástico. Seus textos parecem indicar uma crítica ao sistema burocrático austro-húngaro, com suas múltiplas e conflitantes nacionalidades, gigantescos sistemas que governam e julgam sem que se conheça o funcionamento. Ele retrata um pesadelo a partir desse sistema legal, burocrático, durante a segunda década do século XX. Os relatos apresentam personagens inocentes e injustamente condenados.

Diante deste cenário, é possível mesclar a crítica kafkiana da burocracia e do sistema jurídico com o pensamento de Hannah Arendt, uma vez que foi uma das primeiras em analisar Kafka sob o contexto do Holocausto, fortalecendo a tese de que a prosa do escritor, falecido em 1924, estaria antecipando as atrocidades da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que devorava Kafka, estava ocupada elaborando aquela que é considerada sua obra-prima, “Origens do totalitarismo”. Percebe que um dos traços marcantes dos regimes totalitários é justamente a burocracia, uma estrutura que transforma seres humanos em engrenagens de uma imensa máquina administrativa. (Arendt, 2005). Realizou reflexões sobre eventos traumáticos que nunca deveriam ter ocorrido, tais como o totalitarismo, exílio e genocídio. Sabia das dificuldades para obter uma chave de leitura que pudesse descortinar a obra do escritor. Entretanto, seus textos representam uma nova tentativa para compreender os acontecimentos de Auschwitz e, escolhe como companheiro de jornada, o escritor tcheco.

Pensava a burocracia em termos de ciência política, ou seja, como forma de governo cuja responsabilidade por cada ato é transferida diariamente, a mando de ninguém, uma maneira de justificar o cometimento de crimes, na tentativa de retirar a responsabilidade pessoal de cada agente da burocracia. (Arendt, 2007) Era uma aplicação mecânica das regras, independentemente das consequências.

2. NOS PASSOS DE KAFKA

É inegável que levasse uma vida dupla: praticava o direito durante o dia e produzia literatura à noite. Esses dois mundos separados foram reunidos de forma a expor as contradições em relação ao direito. Seus “Escritos de Repartição” (Kafka, 2009), fruto de seu trabalho como advogado no Instituto de Seguros de acidentes de trabalho do Reino da Boêmia, em Praga, inevitavelmente influenciaram a sua ficção. Utilizar o material do escritório permitiu uma maior conexão entre a ficção e o mundo real.

A matéria prima para a elaboração da sua obra conta com condição de súdito dos Habsburgos, o estágio realizado no Tribunal de Praga e o contato com a regulamentação do

Instituto de Seguros de Acidente de Trabalho, além das lições sobre o sentimento de rejeição propagado pelo antissemitismo tcheco. Da experiência como estagiário na área do direito civil e criminal e do período que trabalhou na companhia de seguros, passou a compreender melhor funcionamento da burocracia estatal, reunindo material necessário para a elaboração dos romances (Begley, 2007).

Demonstra predileção por cenas elaboradas a partir de interrogatórios judiciais, além de uma propensão acentuada em relação aos termos jurídicos como, audiência, justiça, tribunal e juiz. Alguns de seus títulos são bastante sugestivos, tais como “O veredicto” (1912), “O processo” (1914), “Diante da lei” (1915) e “Na colônia penal” (1919).

3. TRANSITANDO ENTRE KAFKA E WEBER

No romance “O castelo”, elaborado em 1922, existe um “sistema administrativo ultrajante” (Kafka, 2008) em funcionamento, enquanto que “O processo”, menciona uma “grande organização impenetrável”, a “organização do Tribunal” ou “organização judicial” (Kafka, 1988). Essa grande organização emprega guardas e inspetores corruptos, juízes, contínuos, escriturários, policiais e carrascos (espancadores). Os acontecimentos se desenvolvem em locais denominados pelo narrador como sendo as salas de entrevista, salas de espera, escritórios, cartórios câmaras, seções, subseções, repartições com pilhas de documentos, localizados em “corredores com curvas sem fim” (Kafka, 2012):

Aliás, até agora nunca consegui vê-lo com meus próprios olhos, ele não pode vir aqui para baixo, está muito sobrecarregado de trabalho, sua sala, conforme me descreveram, tem todas as paredes cobertas por colunas de processos volumosos empilhados uns sobre os outros, são apenas aqueles nos quais Sordini está trabalhando no momento, e uma vez que das pilhas são constantemente retirados processos e juntados novos documentos, tudo na maior pressa, as pilhas desmoronam e é justamente esse estrondo que se repete sem cessar que se tornou característico do escritório de Sordini. (Kafka, 2008, p. 80)

Esses sistemas mencionados por Kafka, anteciparam a realidade dos regimes autoritários do século XX, pois via as coisas como realmente eram, estando congruente com

o futuro que se descortinava. Era a “jaula de ferro”. (Weber, 2004) weberiana participando da obra de Kafka, cuja hierarquia administrativa regulava todos os aspectos da vida, com toda sua rigidez e impessoalidade. A influência de Max Weber se deu por intermédio de seu irmão, Alfred Weber, professor e orientador de seu doutorado em direito. Este publicou um artigo (Stach, 2022), em 1910, cujo título foi traduzido como “funcionário público”, no qual faz uma análise histórica do aparato burocrático que invade a vida dos cidadãos. Esse texto era de conhecimento de Kafka e lhe causou forte impressão. Talvez sentisse na própria carne, na medida em que era um burocrata do Instituto de Seguros, experimentando pessoalmente a burocracia do Império Austro-húngaro (Begley, 2007), cujas nacionalidades em guerra eram governadas por uma hierarquia de funcionários.

A burocracia organizou o trabalho de forma sistemática, com suas regras e regulamentos, cujas atividades são realizadas em escritórios, com a elaboração e conservação de registros escritos. Segundo Max Weber, quanto maior o território, maior é a necessidade do processo de burocratização, com a presença de funcionários e representantes do Estado (Weber, 1974). Entretanto, a estrutura se tornou gigantesca, a ponto de ser independente do poder. Por isso, um dos temas comuns em Kafka é o poder anônimo, aquele sem rosto, sem imperador. (Kafka, 2011). Quando o soberano deixa de existir, a estrutura de poder é mantida pela burocracia. É esse poder que se insurge contra o cidadão, reprimindo o novo e eliminando todas as tentativas de reforma.

Outra questão intrigante é a presença de um tipo muito comum na obra de Kafka. Trata-se do subalterno, aquele que vê o rosto frio da burocracia, cuja passividade decorre de uma estrutura vertical, com suas ordens vindo do topo. Estas são emitidas em nome de uma norma impessoal e não de uma autoridade. A responsabilidade para com as pessoas é engolida pela burocracia, de forma que a culpa não é de ninguém; apenas da organização.

Assim, “O processo” pode ser visto como uma crítica ao sistema austro-húngaro, no qual o cidadão tem seu destino determinado por um aparelho burocrático impenetrável, com procedimentos obscuros. Seus personagens apresentam funcionários submetidos a uma hierarquia infinita, sem opinião própria. Justificam seus atos apenas com base em suas

funções. Não possuem qualidades, características psicológicas próprias porque não existem fora de suas funções, na medida em que a vida privada foi devorada pela atividade funcional, forçando o indivíduo desumanizar-se e identificar-se com aquela função.

4. QUANDO A FICÇÃO TOCA O DIREITO

O protagonista de “O processo”, Josef K, realiza os seguintes questionamentos: “A que autoridade pertenciam? Ainda vivia num Estado de Direito, reinava paz em toda parte, todas as leis estavam em vigor, quem ousava cair de assalto sobre ele em sua casa?” (Kafka, 1998) Ele está ciente dos seus direitos, mas, ao mesmo tempo, parece não entender o sistema judicial. Kafka é pessimista em relação ao direito, uma vez que não há uma única história em que alguém encontre justiça ou que seja capaz de navegar com sucesso pela lei. Os personagens insistem em seus direitos e, quanto mais buscam uma saída, mais se decepcionam, pois não conseguem encontrar a justiça.

O contexto do Império Austro-Húngaro parece estar espelhado no enredo de “O processo”, uma vez percebida a dualidade de sistemas jurídicos; as leis com as quais Josef K. está familiarizado, aquelas “em vigor”, do “Estado de Direito” e a lei que bateu em sua porta pela manhã. Kafka viveu e trabalhou em Praga, localizada entre Berlim e Viena, ocupando uma localização intermediária entre o direito alemão, cujo Código Penal é de 1871 e o direito austríaco, através do Código Penal de 1852, sendo capaz, portanto, de observar o conflito existente entre os sistemas jurídicos. Além disso, Kafka estava ciente da existência paralela do direito civil romano e do direito canônico e que funcionaram lado a lado por séculos na Europa.

Por isso, é plausível pensar a obra de Kafka sob o ponto de vista do fenômeno jurídico, uma vez que vários dos seus enredos de alguma maneira coincidem com a vida acadêmica e laboral. Apresenta um sistema legal como um labirinto de regulamentações sem propósito, sujeitando o advogado ao papel de tecnocrata, em uma estrutura sem sentido. Poder-se-ia refletir que talvez o escritor estivesse argumentando que o direito moderno não cumpria com o seu papel de garantidor dos direitos fundamentais, ou seja, não havia um

corpo de leis transparentes e sistematicamente ordenados. O que existe é uma estrutura sem direção nos tribunais, nos cartórios e escritórios, cujos procedimentos são destituídos da noção de justiça. Sabia que a interpretação da lei era combinada com a administração e que a máquina burocrática daria a decisão final. (Arendt, 2005).

A investigação preliminar ignora os fatos, partindo logo para a culpa, ocultando do acusado as informações essenciais à sua defesa. A atenção do Tribunal tendia para o caráter do réu e não do ato específico pelo qual está sendo acusado. Nesse romance, a lei processual, as acusações, os registros dos tribunais, bem como o mandado judicial estão indisponíveis para o acusado e seu advogado.

A combinação desses procedimentos com uma noção ideológica de certo e errado trouxe consequências nocivas à justiça alemã em virtude da atuação de juízes comprometidos com o regime nazista, no qual o caráter de um indivíduo termina por identificar-se com uma etnia ou posição política. Afinal, tudo teria começado com os nazistas saindo vitoriosos em eleições legítimas para o parlamento, com o apoio de parte significativa da sociedade. Os deputados eleitos aprovaram a Lei de Concessão de Plenos Poderes ou Lei de Autorização, de 1933, que permitia a Hitler governar por intermédio de decretos, realizando alterações constitucionais sem aprovação parlamentar, obtendo assim, os poderes necessários para instalar de um regime ditatorial. Posteriormente, em 1935, foi aprovada a Lei da Cidadania, retirando dos judeus a cidadania alemã. (Burleigh, 2014): Os nazistas passaram a entender que apenas os nacionais podiam ser cidadãos, ou seja, apenas as pessoas de mesma origem nacional podiam desfrutar da proteção das instituições legais. O genocídio perpetrado contra os judeus foi iniciado quando deles foi retirado a condição de integrantes da nação alemã (Arendt, 2016).

“O processo”, de alguma forma, parece dialogar com esse cenário, na medida em que a lei é apresentada como um conceito distante e inacessível. Josef K., respeitável funcionário de um banco é preso, sem receber qualquer explicação sobre as acusações contra ele, refletindo a percepção de que a lei não é apenas um conjunto de regras, mas um sistema que opera sem transparência e de forma arbitrária. Sua vida sofre um revés por conta de um processo que não possui acusação explícita. Não existe um acusador, mas apenas um

processo em trâmite nas instâncias burocráticas. Seu advogado não possui acesso aos juízes superiores:

Os juízes inferiores, ou seja, aqueles que eu conheço, não têm o direito de absolver definitivamente; esse direito só o tem o tribunal supremo, inteiramente inacessível ao senhor, a mim e a todos nós. (Kafka, 1988, n. p.)

Em “O castelo”, K. luta para obter acesso à autoridade, na tentativa de entender um sistema que não parece ter lógica. Por isso, sua narrativa explora a insegurança; uma atmosfera de medo a partir de um sistema jurídico opressivo, cujo personagem é ameaçado e vigiado constantemente, experimentando a sensação de que a lei poderá ser usada contra ele, sem qualquer justificativa. Essa insegurança parece ir além do personagem, se tornando uma condição existencial para todos aqueles inseridos no universo kafkiano.

Acreditam na possibilidade de encontrar um corpo de leis a ser aplicado por um judiciário independente. Possuem a crença de que terão acesso aos tribunais ou autoridades superiores. Na parábola “Diante da lei” (Kafka, 2011), que figura no capítulo nono de “O processo”, um camponês quer entrar na lei, acreditando que a passagem é acessível a qualquer um. Entretanto, sua entrada é barrada pelo porteiro. Espera convencê-lo e vai esperando até a morte. Sua crença no sistema o deixou completamente paralisado.

No início do romance, Josef K. está profundamente angustiado, diante da presença, em seu quarto, de dois funcionários do estado, que informaram estar sendo acusado, sem, contudo, esclarecer qual era a acusação e quem estava acusando. Era o comportamento arbitrário de uma grande organização. Os trâmites do processo de Josef K., pertencentes a um sistema judicial secreto, antecipam os regimes totalitários, com suas leis arbitrárias e a violência policial. Esse romance, escrito entre 1914 e 1915 parece uma prévia do que aconteceria na Alemanha. Era uma época em que os sistemas burocráticos ganhavam consistência e que permitiu a expansão territorial do Terceiro Reich (Evans, 2010) e a implementação da Solução Final. O vislumbre do escritor pode ser entendido como alguém que enxergava a realidade exatamente como era, demonstrando estar muito próximo daquele futuro sombrio.

Por isso, analisar os escritos de Kafka como uma reflexão sobre a burocracia e como fenômeno jurídico, desafiam outras interpretações. A biografia do escritor corrobora bastante para reforçar esse olhar. Os procedimentos legais narrados em “O processo”, provavelmente tiveram inspiração nos códigos alemães e austríacos da época, uma vez que o escritor era um advogado envolvido em litígios e debates jurídicos, produzindo uma grande quantidade de documentos de escritório, relatórios e ensaios de jornal. A compilação dos documentos, publicados na forma dos “Escritos de repartição” (Kafka, 2009), revela que utilizou o material do escritório para a elaboração de sua obra. Esse material permitiu relacionar a ficção com a realidade.

Talvez o projeto literário de Kafka fosse o de problematizar ou satirizar o direito moderno; se este representaria um avanço em relação aos antigos sistemas jurídicos, uma vez que esses estavam sujeitos aos caprichos dos imperadores ou dos oráculos e padres. Seus personagens acreditam em leis claras e acessíveis, que seriam aplicadas por um judiciário independente; que teriam uma análise justa sobre o mérito da causa.

5. REAVALIANDO O ESCRITOR

O ensaio “Kafka - uma reavaliação”, publicado em 1944, foi elaborado por Hannah quando já estava em solo estadunidense. O título faz referência a um retorno ao escritor, depois que tomou conhecimento do ocorrido em Auschwitz. Destacou a sua importância para compreender o pesadelo que podem se tornar as instituições jurídicas, tal como ocorreu na Alemanha, na passagem da República de Weimar para o Terceiro Reich.

Diante desse contexto, é possível enxergar a obra de Kafka através das lentes de Hannah Arendt, oferecendo uma interpretação à sombra do Holocausto. Para ela, a literatura era uma forma de contar a verdade, ou seja, o horror ficcional pode anteceder o real. Sua relação com a literatura não deve ser vista de forma hierárquica, submissa à filosofia, muito ao contrário, deve ser compreendida como uma relação horizontal, pensando em paralelo com a outra.

A interpretação que faz de “O castelo”, como um ambiente distópico, de ordens arbitrárias, em que o agrimensor não tem lugar no mundo, bem como do protagonista de “O processo” no qual é arrastado por uma avalanche burocrática, formam o mundo que Arendt estava inserida. Era a época da posse Hitler como chanceler, e da implementação de medidas antijudaicas, ocasião em que foi interrogada pela polícia. Uma vez liberada, por falta de provas, decide deixar a Alemanha ilegalmente e seguir para Paris. No ano de 1940, o governo francês determinou que cidadãos alemães eram “inimigos estrangeiros”, de forma que Hannah foi confinada em um campo de internação. Logo após a capitulação da França, foi oferecida a oportunidade de deixar o campo, ocasião em que viajou para Portugal e, de lá, seguiu de navio para os Estados Unidos (Heberlein, 2021). Permaneceu na condição de apátrida até obter a nacionalidade estadunidense no ano de 1951.

Utilizou vários textos literários para iluminar suas reflexões. Quando escreveu as “Origens do totalitarismo”, queria compreender as “câmaras de gás” para, somente então, reconciliar-se com a realidade. Buscou refúgio em Kafka, para evitar que as tempestades totalitárias impedissem pensar em um mundo após os campos de extermínio. Vê a sua escrita não apenas como uma expressão artística, mas uma forma de compreender e confrontar a realidade, ante o fato de que a experiência humana é silenciada na sociedade. Condicionado à opressão, o ser humano fica refém do próprio processo, inquirido ou acusação e, mesmo desconhecendo o motivo, é detido ou mesmo executado sem qualquer explicação.

As conexões entre Kafka e Arendt são profundas e vão além da condição de judeus europeus. Estava lendo Kafka na mesma época em que elaborava “Origens do totalitarismo”, projetos que eram compreendidos à sombra dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. A publicação do livro em 1951, conseguiu fazer dela uma celebridade. Considerava o fenômeno totalitário diferente das tiranias e ditaduras; “a única forma de governo no qual não é possível coexistir”. Identifica a ideologia e o terror como aspectos centrais desses regimes (Arendt, 1979). A ideologia se apresenta como doutrina que rejeita uma sociedade pré-existente, oferecendo uma alternativa baseada na biologia e na história, ou seja, pessoas poderiam ser mortas com base em teorias raciais ou através de uma conexão com o passado,

de que o Reich alemão era uma continuidade do Sacro Império Romano-Germânico, tendo como consequência o direito de dominar a Europa. Quanto ao terror, o Estado de Direito se transforma em um estado policial que tenta se estabilizar à medida que expande a violência para seus inimigos e, posteriormente, para outras parcelas da população. Sua atuação é com o intuito de manter o controle, uma forma de intimidação que se intensifica com o medo. Não havia espaço para a liberdade de opinião, muito menos, tolerância para com os opositores, de forma que, qualquer integrante da população poderia ser visto como um suspeito: “O dever da polícia totalitária não é descobrir crimes, mas estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população” (Arendt, 1979).

Assim como em Kafka, as questões jurídicas também eram caras à Hannah, conforme as análises dos julgamentos de Alfred Dreyfus (Arendt, 1979), Adolf Eichmann, os julgamentos de Nuremberg (Arendt, 1999) e Auschwitz em Frankfurt (Arendt, 2007), cujos apontamentos podem ser vistos em várias obras. Ao debruçar-se sobre Kafka, mais especificamente em “O castelo”, a questão da cidadania se mostra ainda mais relevante, realizando reflexões sobre o direito com foco na pessoa do refugiado. A própria Arendt, de cidadã alemã, passou de apátrida para refugiada judia, permanecendo sem nacionalidade por 18 anos. No texto, “Nós os refugiados”, publicado em 1943, presentes nos “Escritos Judaicos”, expõe que:

Um refugiado costuma ser uma pessoa levada a buscar refúgio por causa de algum ato praticado ou opinião sustentada. Bem, é verdade que tivemos de buscar refúgio; mas não praticamos nenhum ato e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política. Conosco, o significado do termo “refugiado” mudou. Agora, “refugiados são aqueles de nós que foram tão infelizes a ponto de chegarem em um novo país sem recursos e terem de ser ajudados por comitês de refugiados (Arendt, 2016, p. 477).

Apesar do viés arendtiano, certamente que não há uma única interpretação para o universo do escritor. Sua escrita enigmática, de caráter onírico, força leitores e críticos a realizarem um esforço de hermenêutica, estimulando diversos tipos de abordagem. Não surpreende o fato de uma obra tão original ter gerado tantas interpretações. De acordo com Albert Camus, “Toda a obra de Kafka consiste em obrigar o leitor a reler” (Camus, 2019), o

que possibilita uma série de entendimentos. A versatilidade de Kafka foi comprovada por seus mais diversos estudiosos, com as mais variadas abordagens possíveis, tais como religiosa, psicanalítica, sociológica, marxista, entre outras. Sua complexidade demonstra que nenhuma interpretação sistemática foi capaz de captar todos os significados possíveis. Por isso, o direito e a burocracia podem não ser os aspectos mais importantes de sua obra, mas também não são abordagens meramente acidentais.

6. O ESTRANGEIRO NO CASTELO

No texto “O castelo”, Arendt identifica o agrimensor como um refugiado, um judeu expulso da sociedade, angustiado por uma culpa desconhecida, ou seja, por quais razões teria se transformado em um pária. A ideia de pária teve por base o conceito formulado por Max Weber, no qual analisa o povo judeu como pária, pessoas que foram conquistadas ou tiveram suas terras invadidas, passando a viver sob o domínio de outros povos. (Weber, 2019). Também é possível mencionar os casos de migração, tendo como consequência uma relação entre povo convidado e o anfitrião:

Pois, considerados sociologicamente, o que eram os judeus? Um povo pária, isto é, como conhecemos da Índia: um povo-hóspede, formal ou factualmente cindido, em termos ritualísticos, do ambiente social (Weber, 2019, n. p.).

Em oposição ao status de pária, Arendt desenvolve a ideia de assimilação proposta pelo Iluminismo. Na tentativa de escapar dessa condição de pária, o indivíduo propõe assimilar-se ao país que o acolheu. Este é um dos temas centrais dos “Escritos judaicos” de Hannah Arendt, coletânea de textos elaborados entre os anos de 1939 e 1945, na tentativa de compreender a questão judaica em tempos modernos. Trata-se de uma tese iluminista (Arendt, 2016) para a emancipação dos judeus no qual previa o abandono das práticas religiosas e a consequente integração às comunidades nacionais. Com a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem, pensadores como Gotthold Lessing e Moisés

Mendelssohn vislumbraram a oportunidade de emancipação dos judeus, ou seja, de terem direitos civis e políticos, de serem tratados como iguais. Isso também resultava no abandono das antigas práticas religiosas e na conversão ao cristianismo:

Em sua luta pela emancipação, continuam forçados a dar *salti mortali*, a reivindicar a integração em um só pulo. Eles não podem depositar sua confiança no “deixar a natureza seguir o seu curso”, em um desenvolvimento “passo a passo”, visto que, em um mundo estranho, não tem ponto definido de onde tal desenvolvimento pode começar. Dessa forma, os judeus]tornaram-se um povo sem uma história dentro da história. [...] Dentro de uma realidade histórica, dentro de um mundo europeu secularizado, eles são forçados a se adaptarem a esse mundo, a formarem-se. Mas, para eles a formação é necessariamente tudo aquilo que é o mundo não judeu (Arendt, 2016, p. 132).

Ao expor o assimilacionismo de uma forma mais intensa, Arendt retoma o termo “parvenu”, utilizado por Bernard Lazare (Arendt, 2016), para designar aqueles judeus que se permitiram submeter-se a tese iluminista da assimilação, que prometia a abolição das diferenças entre os povos, de forma a tornarem-se cidadãos do mundo. Apesar da emancipação dos judeus ter contribuído para a redução da legislação discriminatória, o antissemitismo permanecia. Ao contrário do pária, o parvenu, na tentativa de melhorar sua situação, rompe com as antigas tradições para se assimilar aos nacionais. Vale lembrar que. Lazare foi um dos advogados do militar francês Alfred Dreyfus, injustamente acusado de espionagem em favor da Alemanha, naquele que é considerado o caso mais emblemático do antissemitismo europeu. Segundo Arendt, Lazare reconhecia como a raiz da violência:

[...] aquela “doutrina espúria” (*doctrine bâtarde*) da assimilação, que faria com que os judeus “abandonassem todas as suas características, individuais assim como morais, e desistissem de se distinguirem somente por sua marca exterior que servia apenas para expô-los ao ódio de outras nações (Arendt, 2016, p. 505).

Em parte, essa emancipação aconteceu, com destaque em inúmeras áreas do conhecimento, dos quais é possível citar os nomes do psicanalista Sigmund Freud, o compositor Gustav Mahler, o escritor Arthur Schnitzler e do físico Albert Einstein. Essa maneira de agir do judeu em optar pelo assimilacionismo, implicava no abandono das raízes

culturais e religiosas para integrar-se aos nacionais. Entretanto, nem os judeus assimilados foram poupados, inclusive os nacionais, submetidos à processos de desnaturalização, com a perda da proteção legal e política, conforme previsto na Lei da Cidadania do Reich. (Rees, 2020). Tal situação os deixaram na condição de indeportáveis, ou seja, sem terem para onde ir. A medida abriu caminho para o confinamento em campos de concentração e posterior extermínio.

Segundo Hannah, é a lógica da dominação total, a morte da pessoa jurídica no homem, situação em que ao indivíduo é despojado de seus direitos, desamparado pelas leis que regulamentam as instituições de um país. Paradoxalmente, no totalitarismo, os indivíduos estariam mais seguros se fossem condenados por um crime do que na situação de prisioneiros, nativos ou estrangeiros em campos de concentração, pois permaneciam à margem da lei.

No texto “O judeu como pária: uma tradição, oculta”, contido nos mesmos escritos, Arendt traz as estratégias judaicas utilizadas na Europa, indicando três caminhos possíveis para o pária encontrar uma saída. O primeiro seria afastar-se completamente da sociedade e do espaço público, passando a viver em guetos. O segundo é o parvenu, o judeu que optou pela assimilação à sociedade e pelo privilégio da distinção sobre os párias. O terceiro seria o pária rebelde, consciente, o que participa da vida política e social sem incorporar-se completamente, sem renunciar ao seu passado, as características que revelam a sua diversidade. São análises que tentam entender a situação dos refugiados como párias, cujos caminhos intrincados podem ser o da exclusão, assimilação total ou da emancipação.

Como exemplos de párias rebeldes, Arendt subdivide o mencionado texto em quatro partes, intitulados por judeus que se destacaram: Heinrich Heine, Bernard Lazare, Charlie Chaplin (Ela o considerava judeu) e Franz Kafka. A ênfase do texto está na ideia de que o ocidente é devedor da cultura judaica justamente pelo fato dessas personalidades terem existido com párias. Entretanto, conforme identifica o subtítulo, essa tradição foi ocultada.

Na quarta parte, Arendt identifica K., o agrimensor de “O castelo”, como um pária. Foi contratado para prestar serviços de demarcação de terras. Contudo, tendo em vista a sua condição de estrangeiro, é recebido com desprezo pelos aldeões. Mesmo com sua chegada à

noite, ainda assim lhe é exigida uma autorização especial para se instalar e permanecer no local. De um lado, estava o castelo, sede do poder central, enquanto do outro, as estalagens reservadas aos aldeões. Sendo um forasteiro, K. não era habitante da aldeia, muito menos funcionário do castelo, ou seja, não pertence a nenhuma comunidade. De acordo com o entendimento de Arendt:

O castelo, único romance em que Kafka discute o problema judaico, é o único no qual o herói é nitidamente judeu; ainda assim, mesmo lá, o que caracteriza como tal não é qualquer traço judaico típico, mas o fato de ele está envolvido em situações e perplexidades distintivas da vida judaica (Arendt, 2016, p. 514-515).

Parece tematizar a luta de um estrangeiro por seus direitos inalienáveis, de se estabelecer, trabalhar, casar e se tornar um integrante da comunidade. K. quer tornar-se indistinguível da população local, ou seja, não quer “favores do castelo” (Arendt, 2005), como um presente, mas apenas viver uma existência normal, como se fosse um “direito natural”. A leitura arendtiana vê o personagem como um estrangeiro que recusa os privilégios do castelo e, ao mesmo tempo, luta para ver reconhecidos os seus direitos. Por isso. Hannah considera K. como o homem de boa vontade pois, não exige nada mais além do que aqueles mínimos direitos, relativos a todo ser humano.

Tal demanda é vista como ultrajante pelos aldeões, pois aceitam a vida como um destino concedido pelo castelo, uma organização que disponibiliza direitos apenas como privilégios. No romance, os direitos humanos não são concedidos como óbvios, mas absolutamente excepcionais. Para os aldeões, o agrimensor não é estrangeiro porque está sendo privado de direitos, mas apenas porque os está exigindo. A narrativa parece dividir-se em dois níveis: o aldeão que se conforma com o sistema vigente, sem questionar as injustiças e o recém-chegado que exige os seus direitos. De fato, sua presença ali é apenas tolerada, fruto de um favor que pode ser retirado a qualquer momento. Mas, o que ele busca é nada mais do que o indispensável, os direitos mais básicos, renunciando assim a seus traços distintivos.

Por isso, a quarta parte do escrito “Um judeu como pária” é denominado “Franz Kafka: o home de boa vontade”, justamente porque pleiteia os direitos mínimos, rejeitando a proteção do Castelo, a fim de tornar-se indistinguível e viver uma vida normal, como a de qualquer outro indivíduo: “Não quero favores do castelo, mas aquilo que é meu de direito” (Kafka, 2008). Tal postura expõe a problemática da assimilação, na medida em que para se tornar indistinguível daqueles do seu próprio povo, deve viver como se estivesse sozinho, afastando-se dos que são como ele.

Na interpretação que faz do Castelo, Arendt expõe o problema de se viver às custas de privilégios que podem ser sumariamente revogados, conforme ocorreu com a ascensão do nazismo. Entende que a narrativa expõe a substituição da instabilidade dos privilégios pelos direitos básicos. K. não quer esmolas, apenas o seu direito. “Mas, é com outro tipo de judeu que Kafka está preocupado e cujo destino ele retrata. Este é o judeu que escolhe o caminho alternativo – o caminho da benevolência...” (Arendt, 2016). K. peleja pelo mínimo, ou melhor, apenas por direitos humanos, nada mais além disso, rejeitando qualquer tentativa de receber as benesses do castelo.

No ano da elaboração do romance, em 1922, a Europa ainda sofria as consequências do colapso dos impérios multiétnicos da Áustria-Hungria, Rússia e Otomano. O fim da Primeira Guerra Mundial foi seguido por um processo de desnaturalização em massa de minorias indesejadas, inclusive os judeus de Praga, transformando a apatridia em um fenômeno de massa. (Holm, 2020) De acordo com Arendt, esses indivíduos, supostamente dispensáveis, foram privados do direito de ter direitos, de viver em estados nacionais sem os benefícios da cidadania. Por isso, com a desintegração política da Europa, a figura do refugiado se tornará uma questão chave no pensamento de Arendt:

Aparentemente, ninguém quer saber que a história contemporânea criou um novo tipo de seres humanos – o tipo que é colocado em campos de concentração por seus inimigos e em campos de internamento por seus amigos (Arendt, 2016, p. 479).

Durante o regime nazista, as leis existiam ou deixavam de existir, de forma que as regras mudavam de um momento para o outro, a depender dos acontecimentos. O decreto

do Incêndio do Reichstag, de 1933, cancelou boa parte das liberdades civis e políticas previstas na Constituição de Weimar, autorizando a polícia a violar cartas, grampear telefones, deter pessoas por tempo indeterminado e sem mandado judicial, pavimentando o caminho para a eliminação de opositores. (Evans, 2018) A situação guarda uma certa similaridade com a atmosfera kafkiana, no qual o protagonista é detido por ordens superiores e executado sem saber o crime que havia cometido.

No curso do processo, o medo começa a se instalar em razão da lacuna jurídica e da possibilidade de uso da violência. Josef K. é pego de surpresa por dois policiais no próprio quarto, local que deveria servir de proteção. Considerando o período em que escreveu o romance (1914-15), os nomes deles, Willem e Franz, faziam ressoar as autoridades da época, o Rei da Prússia e o Imperador da Áustria-Hungria, indicando que a Europa estava prestes a mergulhar no pesadelo da Primeira Guerra Mundial, da mesma forma que estava começado o pesadelo de Josef K., diante a presença de dois policiais em seu quarto.

7. CONCLUSÃO

A ascensão do totalitarismo deixou o indivíduo a procura de respostas, sem saber como reagir. Destruíu a vida privada, transformando cada cidadão em suspeito, em um movimento incessante pela busca e eliminação dos inimigos.

Uma década após a morte de Kafka, o nazismo tentou apagar a tradição judaica europeia. Quando Hitler assumiu o cargo de Chanceler alemão em 1933, foi promulgada uma lei que eliminava a liberdade de imprensa e confiscava o material que pudesse ser perigoso para o povo, inclusive as obras de origem judaica. Tinha por escopo sintonizar a cultura alemã com os propósitos do regime. Posteriormente, no mesmo ano, ocorreu uma queima orquestrada de milhões de livros indicados pelo regime, com transmissão pelo rádio e exibições nos cinemas, evento que ficou conhecido como bibliocausto. Além da queima em praças públicas e por diversas cidades alemãs, tropas invadiram casas, livrarias e bibliotecas em busca dos títulos listados pelo governo. Além das fogueiras de livros, foram tomadas medidas que proibiam a venda e circulação de centenas de volumes. Entre os autores

escolhidos pelas autoridades estava Franz Kafka. (Baez, 2004). No século anterior, o poeta Heinrich Heine, fez um comentário sobre uma onda de autos de fé: “Onde se queimam livros, acaba-se queimando pessoas” (Steiner, 2017). Com a chegada das forças de ocupação alemã, em 1941, os judeus de Praga foram deportados para campos de concentração. Entre os que pereceram nas câmaras de gás, estavam as três irmãs de Kafka, parentes e amigos. (Stach, 2024)

O mundo de Kafka vai além de um pesadelo porque é estranhamente parecido com a realidade em que a Europa foi forçada a viver. O fascínio de sua arte está na capacidade de perturbar o leitor tanto nos dias de hoje, quando em sua época. Por isso, seria um erro afirmar que os escritos de Kafka apenas guardam correspondência com o passado, alegando que não seriam preocupações atuais, mas sim fruto da época em que viveu. Tal equívoco se estende até o presente e banaliza as questões que não foram resolvidas no século passado.

Nos dois ensaios sobre Kafka, publicados em 1944, Arendt refletiu sobre a questão dos direitos. Em “O judeu como pária”, a figura do agrimensor foi interpretada como a do judeu descartado pela sociedade, cujo cenário consistia nos desdobramentos das desnacionalizações em massa produzidas com o fim dos grandes impérios. A realidade desses refugiados indicava a necessidade urgente de um direito humano básico, o direito de viver como um membro da sociedade, questão que foi negada ao agrimensor, forçando-o a viver numa espécie de lacuna normativa, a margem da lei, despojados de direito. O refugiado, destituído de seus direitos legais e políticos, está banido não apenas de um território, mas da humanidade: “O senhor não é do castelo, não é da aldeia, o senhor não é nada. Infelizmente, porém, o senhor é alguma coisa, ou seja, um estranho, alguém que está sobrando e fica no meio do caminho...” (Kafka, 2008). Não é somente os dilemas da justiça que estão a orbitar os enredos kafkianos.

Por isso, existe uma questão ainda mais fundamental que a justiça: o direito de ter direitos. O esfacelamento dos impérios derrotados na Primeira Guerra Mundial e o consequente desmonte das nações expunha a concepção de que não há direitos inatos, mas apenas direitos de um indivíduo inserido em determinado território, durante um período específico. A fragilidade dessa proteção pode resultar em confinamento e morte, como

ocorreram nos campos de concentração. Posteriormente, a prática do encarceramento em presídios, sem acusação formal, foi utilizada contra os inimigos, estrangeiros ilegais e suspeitos de terrorismo.

É fato que houve uma identificação profunda de Arendt com a experiência ficcional do agrimensor, em que o mundo irreal de um passou a compor a realidade do outro. De alguma maneira os dois não faziam parte da comunidade. Ela foi destituída de sua nacionalidade alemã. Quando chegou em Paris, não foi considerada cidadã francesa, sendo obrigada a aguardar na fila na chefatura de polícia. Esse era “O castelo” de Hannah Arendt, no qual viveu aproximadamente 7 anos, esperançosa em obter documentos, considerando que muitos não estavam com passaporte válido, enquanto outros, haviam sido casados pelo Reich. Também foi o longo e penoso “processo” de Hannah Arendt, porque permaneceu apátrida por 14 anos até adquirir a nacionalidade estadunidense.

Enquanto Kafka, um escritor judeu, construiu um personagem excluído da sociedade, acusado e perseguido por um poder desconhecido, o totalitarismo alemão defendia o aniquilamento do povo judeu.

No final de sua trajetória, Josef K. foi levado por dois homens para uma pedreira. Lá lhe tiram o paletó, o colete, a camisa, dobrando-as cuidadosamente “como coisas que ainda se vai usar, mesmo que não fosse muito breve” (Kafka, 1988) Enquanto que um deles o imobilizava, o outro cravou-lhe uma faca de açougueiro, virando-a duas vezes. O narrador conclui a narrativa dizendo que: “Era como se a vergonha devesse sobreviver a ele”. Talvez fosse uma referência à vergonha de uma existência frágil, vulnerável, sujeito às arbitrariedades do sistema ou por não ter conseguido resistir, por não ter controlado o próprio destino. Foi atormentado ao longo de todo o processo, acusado sem provas e impossibilitando de fazer escolhas. Essa situação não se restringia apenas ao personagem, mas a grande parte dos judeus europeus que temiam pelo que poderia acontecer. Pessoas que eram exterminadas em campos de concentração ou, como o personagem de Kafka, morria “como um cão” (Kafka, 1988): essa era a realidade da era moderna.

O agrimensor, chamado para trabalhar na aldeia, passa toda a narrativa tentando esclarecer sobre sua contratação. Por conta de uma sequência de mal-entendidos

burocráticos, o convite para trabalhar transitou administrativamente por 10 anos e, quando já havia caducado, o convite foi enviado. Na verdade, K. chegou a aldeia por engano. Considerando que não há mais outro mundo possível para ele a não ser o castelo e a aldeia, sua vida revelou-se um grande erro.

No caso de Josef K, mesmo sem saber os motivos da acusação, vasculham toda a sua vida, na tentativa de elidir a fronteira entre o público e o privado. No totalitarismo, o cidadão, tal como o funcionário do banco, pode ser surpreendido, pela manhã, com a presença de policiais em seu quarto. A partir desse momento, é considerado um suspeito aos olhos de todos, até por parentes e amigos, estando o seu destino nas mãos de juízes anônimos.

Era o período em que a liberdade individual estava condenada em favor de uma força coletiva capaz de grande mobilização, em que a singularidade é negada em favor da exclusão do outro, de forma que esse indivíduo é descartado pelo Estado. O totalitarismo sempre faz um movimento de busca por inimigos, que pode ser qualquer pessoa, no propósito de eliminá-las. Quando o indivíduo vive perseguido ou submetido a uma força opressora, policial, fica refém do próprio processo, tal como o funcionário do banco, que dedica a sua vida, única e exclusivamente para acompanhar e elucidar o próprio processo judicial, ainda que desconhecendo o teor da acusação, sendo submetido a condução coercitiva, protagonizada por policiais corruptos e vigilância constante. Diante dessa submissão, o indivíduo perde a sua liberdade e, conseqüentemente, seus direitos.

Testemunhou a opressão das instituições sobre o indivíduo, em seu cotidiano, tendo que se deparar com situações absurdas, paradoxais, produzindo uma consciência fragmentada, um indivíduo atomizado, que vai perdendo sua identidade em favor das autoridades, do Estado, inserindo tais circunstâncias no universo de seus personagens, presos em suas ações e limitações.

Portanto, os argumentos apresentados ao longo desta pesquisa indicam que o pesadelo kafkiano se tornou realidade ao longo do século XX, sendo bastante plausível supor que pretendia realizar uma crítica a burocracia e ao sistema jurídico, cujos reflexos são percebidos através da impotência experimentada pelos dois personagens em questão, nos

dois romances analisados. O pesadelo retratado em sua obra se tornou realidade, sendo fruto de sua experiência junto ao sistema jurídico de um país capitalista, durante a segunda década do século XX. Os perigos que imaginou se consolidaram com a ascensão do nazismo e do stalinismo, regimes totalitários que se sucederam após o fim dos grandes impérios e que ainda apresentam tendências latentes e ameaçadoras.

Além disso, seguir os passos de Arendt no sentido de interpretar a obra do escritor à sombra do Holocausto se mostra esclarecedora, principalmente quando se exploram as diversas coincidências entre o escritor e a filósofa, bem como em relação aos dramas vividos pelo agrimensor e o funcionário do banco.

Arendt destaca que a obra do escritor transcende o seu tempo na medida em que apresenta lampejos que podem ajudar na compreensão das crises contemporâneas. Através de um exercício de reflexão, é possível imaginar que o destino de Josef K. poderia ser o de qualquer cidadão, uma vez estando nas mãos de uma polícia secreta. (GESTAPO, KGB, DOPS)

Esse viés interpretativo é consistente, uma vez que Kafka foi testemunha ocular dos terríveis acontecimentos da Primeira Guerra Mundial. Mesmo que tivesse sobrevivido à tuberculose, em 1924, e o inferno em que mergulharia a Europa, 15 anos depois, com uma nova onda de destruição, não reconheceria mais o seu mundo.

Através de Arendt, os textos de Kafka extrapolam o seu tempo e se lançam ao totalitarismo. Sua narrativa proporciona uma crítica atemporal à burocracia e ao sistema jurídico, demonstrando como podem ser tornar opressivos. Uma escrita em que os indivíduos são reduzidos a números, em que as regras são arbitrárias e incompreensíveis, expondo a fragilidade e desespero do homem diante do Estado.

8. Referências bibliográficas

- ARENDR, Hannah. *As origens do totalitarismo III – Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Editora documentário, 1979. 257p.
- _____. *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Companhia das letras, 1999, 336 p.
- _____. Arendt, Hannah. *Franz Kafka: uma reevaluación. Em ocasião del visésimo aniversario de su muerte. In: Ensayos de comprensión – 1930-1954. Escritos no reunidos e inéditos de Hannah. Arendt*. Madrid: Caparrós editores, 2005, 554 p.

- _____. O judeu como pária – uma tradição oculta. IV. *O home de boa vontade*. In: ARENDT, Hannah. *Escritos judaicos*. Barueri: Amariyls, 2016, p. 512-523.
- _____. O judeu como pária – uma tradição oculta. III. Bernard Lazare: o pária consciente. In: ARENDT, Hannah. *Escritos judaicos*. Barueri: Amariyls, 2016, p.504-508.
- _____. O Iluminismo e a questão judaica. In: ARENDT, Hannah. *Escritos judaicos*. Barueri, Amariyls, 2016. p. 111-132.
- _____. Nós, Refugiados. In: ARENDT, Hannah. *Escritos judaicos*. Barueri: Amariyls, 2016. p.477-492.
- _____. *Responsabilidad y juicio*. Barcelona: Ediciones Paidós Iberica, 2007, E-book.
- BAEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros – das tábuas sumérias à Guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. E-book.
- BEGLEY, Louis. *O mundo prodigioso que tenho na cabeça – Franz Kafka – Um ensaio biográfico*. São Paulo, 2007, E-book.
- BURLEIGH, Michael. *El Tecer Reich: Uma nueva historia*. Barcelona, Penguin Radom House Group Editorial, 2014, E-book.
- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record, 2019, E-book.
- CARONE, Modesto. *Lição de Kafka*. São Paulo: Companhia das letras, 2009, 399 p.
- EVANS, J.Richard. *A chegada do Terceiro Reich*. São Paulo: Editora Planeta, 2010, E-book.
- _____. *O terceiro Reich na história e na memória*. São Paulo: Editora Planeta, 2018, E-book.
- HEBERLEIN, Ann. *Arendt: entre o amor e o mal – uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, 242 p.
- HOLM, Isak Winkel. *Kafka's Stereoscopes: the political function of a literary style*. New York: Bloomsbury academic, 2020, E-book.
- KAFKA, Franz. *O castelo*. São Paulo: Companhia das letras, 2008, 365 p.
- _____. Diante da lei. In: KAFKA, Franz. *Essencial*. São Paulo, 2011, p. 103-104.
- _____. *O processo*. São Paulo: Companhia das letras, 1988, E-book.
- _____. *O desaparecido ou Amerika*. São Paulo: Editora 34, 2012, E-book.
- _____. *The office writings*. New Jersey: Princeton University Press, 2009, 404 p.
- REES, Laurence. *O holocausto*. São Paulo: Vestígio, 2020, E-book.
- STACH, Reiner. *Kafka: Os anos decisivos*. São Paulo: Todavia, 2022, E-book.
- _____. *Kafka: Os anos do discernimento*. São Paulo: Todavia, 2024, E-book.
- STEINER, George. *Aqueles que queimam livros*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2017, 123 p.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2004, E-book.
- _____. Ensaio de sociologia e outros escritos. In: WEBER, Max. *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 7-92.
- _____. *Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião: vol. 3, o judaísmo antigo*. Petrópolis: Vozes, 2019, E-book.

